



“Por que tem que falar de preto, o que nós fez?": Uma análise interseccional com adolescentes acolhidos

*Luana Luiza Galoni¹
Douglas Campos de Souza²*

Resumo

Este trabalho busca ampliar a compreensão das dinâmicas sociais e as interseccionalidades que afetam adolescentes acolhidos, com foco ao debate sobre masculinidade negra e o processo de racismo institucional cometido pelas instituições e operadores de direito a partir de estereótipos raciais que interferem na reconfiguração das narrativas de vida, fortalecimento de identidade e autonomia desses adolescentes. Foi utilizado o método de grupo focal com seis adolescentes acolhidos institucionalmente em uma cidade da Baixada Fluminense. No grupo focal utilizaram-se dinâmicas disparadoras para discussão e nossos resultados apontaram para significações relevantes produzidas pelos adolescentes acerca da intersecção entre raça, gênero e sexualidade, bem como uma perspectiva crítica em relação às políticas públicas e do direito que criminalizam esses corpos. A pesquisa também destaca a necessidade de intervenções que proponham alternativas que ajudem esses adolescentes a reconfigurar suas narrativas e autonomia, fortalecendo sua identidade racial e combatendo as discriminações que acompanham seus itinerários de existência.

¹ Psicóloga, Doutora e Mestre em Psicologia (UFRRJ), Especialista em crianças, adolescentes e famílias (FEMPERJ), membra da Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadoras (ANPSINEP), docente na UNISUAM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8602068440763921>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4426-4000> Email: Luana.luiza.galoni@gmail.com.

² Assistente social, Mestre em política social (UFF), Especialista em crianças, adolescentes e famílias (FEMPERJ), pesquisador no NUDISS/UFF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2405841349718820>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1430-107X>. Email: doug.social@outlook.com

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Adolescentes; Interseccionalidade; Racismo Institucional.

Abstract

This study aims to deepen the understanding of the social dynamics and intersectionalities that affect adolescents in institutional care. It focuses on the discussion of Black masculinity and the processes of institutional racism perpetuated by both institutions and legal actors through racial stereotypes. These stereotypes interfere with the reconfiguration of life narratives and undermine the construction of identity and the development of autonomy among these adolescents. The research employed a focus group methodology involving six adolescents in institutional care in a municipality in the Baixada Fluminense region of Brazil. Stimulus-based activities were used to encourage discussion, and the findings revealed significant meanings produced by the adolescents concerning the intersections of race, gender, and sexuality. Moreover, the participants expressed a critical perspective toward public policies and legal frameworks that contribute to the criminalization of racialized bodies. The study highlights the urgent need for interventions that offer alternative approaches to support these adolescents in reconfiguring their life narratives and autonomy, strengthening their racial identity, and combating the systemic discrimination that shapes their lived experiences.

Key-Words: Institutional Care; Adolescents; Intersectionality; Institutional Racism.

Introdução

O acolhimento institucional está inserido na Alta Complexidade dentro da tipificação dos serviços socioassistenciais estruturados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005). Nessa modalidade de acolhimento a Política de Assistência Social é a principal responsável pela materialização dos direitos dos adolescentes acolhidos, com a criação de documentos para orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS, 2009) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009).

Em nível de legislação, o artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente artigo aborda especificamente o acolhimento institucional e os casos em que essa forma protetiva deve ser utilizada, prezando pelos direitos de crianças e adolescentes que tiveram suspeita ou confirmação da violação de seus direitos à convivência familiar e comunitária. Ao observar uma linha histórica da criação das políticas e documentos, diversos são os avanços pensados para que o acolhimento institucional ganhasse a devida atenção dentro das políticas sociais e pautas

públicas.

O contexto do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil tem um berço histórico de desigualdade social e racial e essa última atravessa de forma substancial a temática do acolhimento. O recolhimento dessas crianças às instituições foi o principal instrumento de assistência à infância em vulnerabilidade no país durante anos (Rizzini; Rizzini, 2004). A situação de vulnerabilidade social de muitas crianças, adolescentes e jovens negros, indígenas e periféricos pode ser considerada herdeira das práticas de escravização desses povos (Arantes, 2022), práticas que se perpetuaram em diferentes instituições na construção do país quanto à organização da sociedade brasileira.

Segundo dados coletados em junho de 2022 no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, em todo o Brasil cerca de 26.619 crianças e adolescentes viviam em algum dos 5.547 serviços de acolhimento. Desses, 47,9% não apresentavam raça-cor, 34,9% eram negras, 16,6% brancas e 0,4% indígenas (Conselho Nacional de Justiça, 2022). As estatísticas levantadas dizem muito sobre o processo de institucionalização de corpos negros e, mais especificamente, da infância e adolescência negra e de sua permanência nos espaços de acolhimento. Diante disso, "é preciso, então, considerar todo o processo histórico, social e político que culminou no acolhimento dessas meninas e meninos e assumir a responsabilidade de racializar o espaço do acolhimento, inclusive para produzir pesquisas, dados e políticas públicas que melhor atendam essa população." (Galoni et al., 2022, p. 62).

Este artigo é um recorte da tese de doutoramento intitulada: "O Letramento Racial como estratégia de proteção em casas de acolhimento de adolescentes da Baixada Fluminense"³ cujo número de CAAE é 74713423.4.0000.0311. E seu objetivo se desenha a partir da análise e discussão das relações de gênero e raça que apareceram como resultado da intervenção realizada junto aos adolescentes acolhidos, contribuindo para o debate sobre masculinidade negra e o processo de racismo institucional cometido pelas instituições e operadores de direito a partir estereótipos raciais que interferem na reconfiguração das narrativas de vida, fortalecimento de identidade e autonomia desses adolescentes.

Metodologia

Neste artigo, abordaremos de forma aprofundada não apenas os dados, mas os sentidos (González-Rey, 2003) produzidos e compartilhados pelos participantes da pesquisa. Foi realizado um grupo focal em uma casa de acolhimento de adolescentes na Baixada Fluminense, que contou com a participação de seis meninos acolhidos na faixa etária de 13 a 17 anos. O Grupo Focal é um conhecido método em pesquisa qualitativa, cujo objetivo é suscitar

³ A referida pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com o objetivo de desvelar os atravessamentos raciais presentes nas casas de acolhimento de adolescentes e pensar o letramento racial nesses espaços como possível fator protetivo para a identidade desses jovens.

interações de um grupo sobre um tema proposto, uma “[...] maneira de ouvir pessoas e aprender com elas [...] criando linhas de comunicação” (Morgan, 1997, p. 9). De acordo com Pommer e Pommer (2014, p. 11), o grupo focal permite “determinar certos núcleos de significação”. Os núcleos de significação são: “[...] temas os mais diversos caracterizados por uma maior frequência (pela repetição ou reiteração), pela importância enfatizada nas falas dos informantes, pela carga emocional presente, pelas ambivalências ou contradições, pelas insinuações não concretizadas” (Aguiar; Ozella, 2006, p. 13).

Essas significações nos permitem entender de forma histórica-dialética o fenômeno em questão, compreendendo, principalmente, que as significações e produções de sentido criadas são próprias de cada espaço, único, mas histórico ao mesmo tempo (Aguiar; Aranha; Soares, 2021). Nosso foco no grupo de adolescentes, portanto, foi compreender a articulação e a constituição das significações concebidas pelos participantes sobre concepções de letramento racial, estereótipos e preconceitos, colorismo e racismo institucional. Para isso, utilizamos dinâmicas de grupo como disparadoras das temáticas. A análise dos relatórios do grupo focal produzidos pela equipe de pesquisa junto as costuras conceituais dos sentidos originaram três sessões referentes aos resultados e discussão, sendo esses: Criminalização da pobreza e a política de (des)acolhimento; Produção de estereótipos raciais e a construção de identidade de adolescentes negros acolhidos; e Gênero e raça: reflexões a partir da percepção de adolescentes acolhidos institucionalmente.

Criminalização da pobreza e a política de (des)acolhimento

Espíndola, Viana e Oliveira (2019, p. 36) dizem que “a história do Brasil é marcada pelo afastamento de crianças de sua família de origem” desde quando a categoria “menor abandonado” passa a emergir no país, no bojo da discussão sobre a reforma das prisões e após a Lei do Ventre Livre. Para Nova et al. (2021), ao analisarem todo o processo histórico das relações raciais em território nacional, afirmam que a partir da construção sociopolítica de nossa sociedade ao longo dos anos e de sua estrutura, o fenômeno do racismo não constituiu uma patologia social nem um desarranjo institucional. Na sociedade brasileira, o racismo é a regra e não a exceção. E isso atinge as áreas de cuidados de famílias, infância e juventude.

Oliveira (2024), ao realizar uma pesquisa que se propunha a investigar as diversas violências institucionais que acometem crianças e adolescentes acolhidos, encontrou, em seus dados indicativos, elementos que apontam o racismo institucional como uma das formas frequentes de violação no espaço institucional. O racismo institucional é compreendido como um desdobramento da estrutura, sendo a instituição o espaço de estabelecimento de normas e comportamentos que reproduzem essa base social. Ao pensar de que forma isso se aplica no cotidiano das instituições de acolhimento e do Sistema de Justiça, os artigos nos trazem exemplos contundentes, como o escasso registro do quesito “raça” nos diversos documentos e relatórios que compõem o sistema de recepção, atendimento, acompanhamento e análise dos casos. Essa escassez foi comprovada no Plano Individual de Atendimento (PIA) dos adolescentes e crianças nos próprios abrigos institucionais (Galoni et al., 2022), nos dados disponibilizados no SNA, no Módulo Criança e Adolescente (MCA) (Espíndola; Viana;

Oliveira, 2019), em espaços de saúde e nos encaminhamentos correspondentes para as Varas de Infância, Conselhos Tutelares, entre outros órgãos do Sistema de Justiça (Nova et al., 2021).

A ausência da identificação étnico-racial dos usuários dos serviços pode contribuir para a perda de direitos, para o ocultamento de situações de desproteção social e violências vividas pela população negra, não demonstrando suas reais condições e as desigualdades gritantes em nossa sociedade. Essa lacuna, inclusive, inviabiliza a criação e articulação de políticas sociais e públicas que objetivem atender a essa população, pois tais medidas se constroem com dados e, se há ausência destes, é correto afirmar que há uma invisibilidade da situação a que essa população está exposta.

Nova et al. (2021), ao realizarem uma pesquisa que pretendeu apresentar informações e análises quanti-qualitativas relacionadas à questão racial envolvendo mães que passam por atendimento em maternidades públicas, que, em muitas situações, são encaminhadas à Vara da Infância e da Juventude ou ao Conselho Tutelar para "providências" (Nova et al., 2021, p. 3). Os autores relatam que no cotidiano de trabalho em instituições do Sistema de Justiça Paulista, como o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado, a maioria dos familiares que solicitam defesa nos processos de acolhimento institucional ou de destituição do poder familiar são, em sua maioria, pretos e pardos. Os pesquisadores completam, ainda, realçando que no acompanhamento dos ritos processuais ficam evidentes as práticas oriundas de racismo estrutural e institucional, desde o atendimento e produções de relatórios até as decisões judiciais.

Nesse mesmo artigo, é demonstrada uma pesquisa realizada em autos processuais de destituição do poder familiar que tramitaram no segundo semestre de 2010 em seis das onze Varas da Infância e da Juventude (VIJ) da cidade de São Paulo, cujo objetivo era investigar se a ruptura dos vínculos parentais tinha relação com as garantias de direitos básicos e de proteção social. O que os resultados da pesquisa nos revelam é que o "acesso ao direito à educação, trabalho decente, à saúde, a serviços de assistência social e à moradia adequada inexistem ou é extremamente precário para essas mães e pais" (Ibid., p. 13). Criminaliza-se a pobreza, culpabiliza-se os familiares por uma condição a eles imputada, retiram crianças e adolescentes de suas famílias, mas não há uma proposta consistente que auxilie na mudança dessa situação (Saraiva, 2019; Galoni et al., 2022; Espíndola; Viana; Oliveira, 2019; Da Costa, Pereira, Soares, 2022).

Um dos principais motivos que justifica o acolhimento de crianças e adolescentes é a chamada negligência, em boa parte dos casos sustentada pelo processo de criminalização da pobreza. Souza e Lino (2022) trazem a reflexão sobre como os movimentos higienistas e eugenistas do século XX contribuíram para a condenação de hábitos e formas de cuidado das famílias mais pobres. Para lidar com essas famílias e manter a ordem social e moral, era preciso então "o uso de práticas/intervenções moralizantes, vigilantes, desqualificadoras e salvacionistas" (Lino, Souza, 2022, p. 103).

Contudo, pensa-se em como esses discursos são atuais em processos de destituição do poder familiar. Vale nos questionar: Com que olhos os operadores do direito, os "doutores" veem famílias monoparentais onde o espaço da casa é reduzido a um cômodo e muitos filhos?

As mães que carregam seus meninos pelas ruas entre sinais de trânsito, lanchonetes e linhas de trem vendendo suas paçocas, balas e kitkat? O processo histórico de desmantelamento das políticas de afetos e resistências de famílias negras, bem como a criminalização de suas formas de existir, foi também percebido por esses meninos e meninas, que em suas falas trazem: “Os pais deixam mais os pretos no abrigo” (sic); “Branços têm condições de ficar com os filhos” (sic); “se uma família branca e uma família negra fossem denunciadas, seria menos provável que as autoridades acreditassem que algo poderia estar errado na casa de uma família branca” (sic).

Produção de estereótipos raciais e a construção de identidade de adolescentes negros acolhidos

Carneiro (2023) defende o conceito de Dispositivo de Racialidade para pensar como as relações sociais e estruturas de poder no Brasil são organizadas e perpetuadas através da hierarquização racial e da marginalização de grupos sociais. Trata-se de um mecanismo complexo que inclui a forma como as desigualdades raciais são institucionalizadas e perpetuadas em diferentes esferas da vida social. Tal conceito é um grande aporte teórico contemporâneo para entender, não apenas como se criam e se sustentam as diferenças raciais no Brasil, mas também como elas contribuem para a subalternização dos grupos racializados.

A autora citada anteriormente se utiliza da conceituação de *dispositivo* de Foucault (1978), que se caracteriza por ser um conjunto heterogêneo de elementos como discursos, leis, práticas sociais, regulamentos, instituições, procedimentos e tecnologias. Com a funcionalidade e objetivo vinculados à manutenção e regulação social e individual, isso influi na produção de discursos e regras de verdades sobre comportamentos e identidade de pessoas, é através dos dispositivos que se exerce o poder numa sociedade, é por onde se constrói subjetividades.

Ao pensar nas manifestações do Dispositivo de Racialidade, diversos exemplos podem ser mencionados, tais como: o perfil racial e a emissão de sentenças no sistema penal e na justiça criminal; a segregação ocupacional no mercado de trabalho e a categoria dos “não empregáveis”⁴ acessos a serviços de saúde e mobilidade urbana, dentre outros. Neste momento, trata-se da dimensão de representação cultural do Dispositivo, fato que contribui para a produção de estereótipos raciais negativos e reducionistas, capaz de influenciar percepções sociais e políticas sobre esses grupos. Os estereótipos sociais, enquanto conceito trabalhado na psicologia social, são crenças de generalizações amplas sobre um grupo de pessoas, aplicadas geralmente com base na sua associação a um grupo social específico, como raça, gênero, idade, religião, ou nacionalidade, e frequentemente influenciam percepções, atitudes e comportamentos em relação a esses indivíduos (Tajfel; Turner, 1979). A formação dos

⁴ Indivíduos ou grupos de pessoas que enfrentam barreiras significativas para conseguir e manter empregos no mercado de trabalho. Esses desafios podem ser decorrentes de uma combinação de fatores sociais, econômicos e políticos.

estereótipos surge do processo de categorização social, um mecanismo cognitivo de economia psíquica que facilita a compreensão e a previsão do comportamento dos outros, e influenciam fortemente condutas e ações em interações sociais. Quando os estereótipos se associam a sentimentos, constituem então estruturas psíquicas de mais complexidade, que seriam as atitudes sociais e os preconceitos sociais (Lima; Vala, 2024).

Podemos trazer a essa discussão o conceito de Imagens de Controle de Collins (2000). A autora nos elucida sobre como os estereótipos sociais são utilizados para controlar e manter o *status quo* social, especialmente em relação às mulheres negras e outros grupos marginalizados. Imagens de Controle seriam, portanto, representações e estereótipos sociais que servem para reforçar a dominação e a desigualdade entre grupos sociais. Essas imagens são frequentemente veiculadas através da mídia, da cultura popular e das instituições sociais. Pela sua disseminação, elas são capazes de moldar as percepções sociais sobre os indivíduos e grupos marginalizados, influenciando como são tratados e como são percebidos em termos de suas capacidades, comportamentos e papéis sociais (Bueno, 2020; Collins, 2019).

Há, portanto, uma racionalização dos sentimentos hostis contra pretos, justificado inteiramente pelos estereótipos criados. Compreender negros como “vagabundos”, “macumbeiros”, “bêbados”, “relaxados”, “briguentos”, “pessoas inferiores” justificaria e até mesmo aliviaria qualquer sentimento de culpa que venha ligado ao ato de discriminação (Santos, 2018). O que se percebe é que esses estereótipos vão tendo necessidade de se atualizar historicamente para retroalimentar o racismo de forma sistêmica, já que este se atualiza na malha de dominação para permanecer.

Em uma das dinâmicas realizadas, durante a evocação de imagens mentais, nas representações de “médico” e “psicóloga”, por exemplo, havia certa dificuldade e discordância nas imagens que os adolescentes construíram, mas em sua maioria as imagens que vinham eram de pessoas brancas. Ao nos referirmos à imagem de “bandido”, o grupo se mostrou bastante exaltado, trazendo muitas referências, imitando gestos e uma riqueza de detalhes, incluindo o estilo do armamento, não presente nas imagens exibidas.

De modo geral, o que se tem é que a experiência do homem negro no Brasil é atravessada diretamente pela raiva frente às injustiças e desigualdades sociais, e, principalmente, à violência a qual essa população é submetida. Ao pensarmos nesses adolescentes em acolhimento, leva-se em conta que, em suas experiências subjetivas, muitos ali tiveram amigos e conhecidos mortos, presos, e, mesmo a mídia faz questão de colocá-los como os corpos matáveis.

Na dinâmica com uso das expressões cotidianas de teor racista, os meninos, em sua maioria, não identificaram a referência das palavras às características e estereótipos negativos relacionados às pessoas negras, mas, quando apresentado a explicação, eles acompanhavam o raciocínio e se colocavam. Na explicação da origem e aplicação da palavra “mulata”, os meninos se mostraram impressionados e disseram que agora começariam a chamar as pessoas que eles não gostavam de “mulatos”.

Helmut Krüger (2004) vai nos trazer que há duas direções para pensar a concepção dos estereótipos sociais, a que se volta para o grupo que se pertence (auto estereótipos); e a que visa um grupo distinto (hetero estereótipo), assim como existem as qualidades positivas e negativas. Depreende-se então que “os estereótipos sociais podem ser distribuídos em quatro categorias: auto estereótipos positivos e negativos; hetero estereótipos positivos e negativos” (Krüger, 2004, p. 37).

Esses estereótipos vão, de certo modo, influenciar as interações sociais quanto às pessoas envolvidas estão associadas a essas crenças, pela percepção social, e de uma forma complementar, vão influenciar a autopercepção. Bicudo (1955) ao analisar as atitudes de preconceito racial entre escolares e seus familiares, traz um dado relevante sobre a autopercepção construída por famílias negras a partir do local de rejeição e discriminação:

(...) as pessoas de cor passam a tratar o negro, e, portanto, a si próprios com desprezo e ódio, sentimentos estes que vão influir no desajustamento da personalidade nos conflitos intrafamiliares e na desorganização da família negra (Bicudo, 1955 apud Santos, 2018 p. 269)

As Imagens de Controle e os estereótipos sociais negativos não são apenas atribuídos à figura da pessoa negra, mas também à sua cultura e outros mais elementos sociais que são de origem afrobrasileira, como outrora aconteceu com a capoeira, o samba e, ainda hoje, com as religiões de matriz africana. Nesse contexto, além de falarmos de intolerância religiosa, fala-se de racismo religioso.. Segundo Nogueira (2019, p. 29) empreendeu-se uma “luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive de ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência”. Trata-se de uma forma de epistemicídio de formas de luta, saberes e resistência de um povo. Uma negação da existência do outro por meio do apagamento de sua cultura.

A reprodução desses estereótipos foi percebida na dinâmica do acolhimento, com as figuras das mulheres que apareciam com turbantes e colares, por exemplo, era frequentemente relacionada às religiões de matriz africana, eram logo vistas como “macumbeiras” de forma negativa. Algumas falas dos meninos traziam um teor demonizador, como por exemplo: “na macumba eles fazem sacrifícios com crianças” (sic); “fazem mal pras pessoas” (sic), “a macumba é uma religião, mas as pessoas só vão para fazer o mal” (sic), em contrapartida, outros discursos iam se formando, principalmente por aqueles que diziam não ter nenhuma religião, como “a macumba não faz maldade, mas as pessoas sim existem pessoas ruins em todas as religiões” (sic); “a maldade dentro da religião seria uma escolha, as pessoas têm direito a escolha”.

Vale ressaltar que a instituição de acolhimento da referida pesquisa é uma casa de administração religiosa e alguns meninos chegaram a reclamar sobre a obrigatoriedade de batismo e de frequentar as missas. Quando questionados sobre essa obrigatoriedade por um dos próprios meninos que dizia fazer apenas o que queria, os outros trouxeram uma ideia ambígua de “poder de escolha”, como se fosse possível escolher, desde que a escolha fosse a

desejada pelos dirigentes. Isso se dá também pelas estruturas de poder-saber que se articulam também dentro do dispositivo de racialidade.

(...) o poder no ato de produção das palavras é aquele enunciado por um sujeito, uma determinada situação cujos indivíduos retroalimentam a crença no que está sendo proferido (em espaços religiosos, por exemplo) e na afirmação de que no espaço de dominação aquele que possui o poder institucionalizado pode e deve exercer poder sobre os demais. Assim, a violência, imperceptível entre os que estão envolvidos, se naturaliza” (Nogueira, 2019, p. 36).

Para entender melhor como esses processos estereotípicos refletem na identidade racial dos adolescentes acolhidos no cenário brasileiro, mais especificamente na Baixada Fluminense, precisaremos abordar outro ponto importante encontrado em nossos resultados e que contribui para o processo de hierarquização racial: a miscigenação racial.

Devulsky (2021, p. 9) afirma que, “a força coerciva dos códigos culturais e as imposições de políticas públicas de branqueamento fizeram com que o colorismo também fosse adotado dentro das comunidades negras”. Paralelo a esse processo de branqueamento, que foi inclusive incorporado como política de Estado no Brasil, tendo seu início muito bem demarcado com a abertura dos portos aos imigrantes de diferentes nacionalidades europeias no século XIX e meados do século XX, outro processo caminha em um sentido próximo, mas com especificidades, o “morenamento”. O que há de diferente nesse processo é que não há como no branqueamento a intenção de extinção de traços fenotípicos e culturais negros, mas sim um processo de suavização dos mesmos (Costa; Shucman, 2022).

Analisar esses dois processos que culminam na ideia da miscigenação e no racismo à brasileira, é também falar de duas categorias popularmente difundidas e que também apareceram em nossa intervenção: o pardo e o moreno. “Moreno, pardo, branco, preto” (sic), “só existe “preto e branco” (sic), em resposta: “não, existe pardo porque eu sou pardo” (sic), “o preto é uma cor manchada; se misturar todas as cores, fica preto, por isso é a cor do pecado” (sic). Essas foram algumas falas presentes em nosso encontro que nos fizeram refletir sobre como o processo da miscigenação e categorização através do branqueamento e morenamento influenciam a construção da identidade racial desses adolescentes.

Costa e Shucman (2022, p. 469) nos revelam que de acordo com “os critérios do IBGE, o pardo fenotipicamente negro e o branco de origem multirracial podem se classificar como pardos”. As autoras também trazem uma análise crítica dessa perspectiva no cenário brasileiro, onde, existem os pardos com fenotípicos branco e os pardos negros, categoria pela qual o Movimento Negro reivindicou como raça negra.

Principalmente ao considerarmos que o racismo no Brasil se estrutura em um preconceito de marca (Nogueira, 1979), ou seja, os traços fenotípicos importam mais que a origem ou ascendência nos processos discriminatórios. Segundo Guimarães (1999 apud Costa e Shucman, 2022, p. 476) “a noção de cor e a aparência física, no imaginário da população brasileira, substituíram oficialmente as raças”. Ou seja, a cor da pele no Brasil é colada e atrelada

à imagem de raça produzida pela ciência moderna”. A discussão acerca da categoria parda é densa e se faz urgente, aqui em consonância com nossos dados e objetivos, buscou-se entender como essas categorias “entre”, somado aos estereótipos negativos e a hierarquização racial que se constrói através disso, influenciam os adolescentes na construção da masculinidade de adolescentes negros.

Isso se dá, pois a identidade racial ao mesmo tempo em que é subjetiva, também é social e histórica. Uma pessoa fenotipicamente branca com origem multirracial que se identifica enquanto parda, não se iguala de forma alguma a uma pessoa fenotipicamente negra que não se identifica racialmente enquanto negra, nem com expressões culturais, religiosas negras. A diferença se dá no fato do racismo ser imperativo contra a pessoa negra, independentemente de sua autoidentificação. Como Fanon (2008, p.133) ressalta, “o preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina”.

Gênero e raça: reflexões a partir da percepção de adolescentes acolhidos institucionalmente

Os estudos a respeito da Interseccionalidade, termo criado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991) para explicar as diferentes associações que diversas categorias de pertença podem ter na manifestação das opressões, como raça, gênero, orientação sexual, classe, religião, deficiência, etc., têm crescido nas últimas décadas e ganhado corpo nos estudos acadêmicos. Tais estudos servem como forte arcabouço teórico para analisar opressões sociais e processos de violência destinados a determinados segmentos sociais.

Pode-se dizer que essas tensões oriundas de um “não-lugar” demarcado alavancaram muito a discussão a respeito das experiências vividas pela mulher negra enquanto corpo político, econômico, social, e, principalmente, dos afetos. Mas esse movimento não foi acompanhado pela discussão a respeito da masculinidade negra que, atualmente, se encontra muito atrás nos debates. Ainda hoje, são escassos os espaços e produções acadêmicas que propõem reflexões acerca dos sentimentos, dores e percepções da masculinidade negra (Severo, 2021). Njeri (et.al, 2020) reflete que esse debate no Brasil é escasso e se encontra muito centralizado no eixo sul-sudeste, e que se faz importante questionar a categoria ocidentalizada de masculinidade que não abarca de maneira integral o homem negro.

Bell hooks vai dizer que “quando raça e classe entram em cena junto com o patriarcado, os homens negros suportam as piores imposições da identidade patriarcal masculina de gênero” (2022, p. 13). O feminismo negro, inclusive, se afasta do feminismo branco, na medida em que o primeiro olha para o homem negro como figura controversa que, embora assuma uma categoria de pertença hegemônica em seu papel de homem, não usufrui das mesmas cadeias de privilégio e poder que o homem branco. Como nos diz González (2008, p.38) “[...] afinal, que mulher negra não passou pela experiência de ver o filho, o irmão, o companheiro, o namorado, o amigo, etc. passar pela humilhação da suspeição policial?”

Historicamente, negros, negras, crianças, adolescentes e jovens, não obedecem de

forma categórica as etapas de desenvolvimento que a psicologia ocidental e os grandes teóricos do desenvolvimento vão trazer. O corpo negro, antes de ser um corpo biológico, é um corpo social. A criança ou adolescente (termo moderno e ocidental) não tinha o lugar de ser na estrutura colonial e escravista, pois era uma propriedade, como os demais, da mesma forma que os meninos eram enviados para o campo ao atingir certa idade.

As questões relativas ao gênero apareceram de forma muito presente. Os pontos que nos apareceram e geraram esse núcleo de significação podem ser elencados da seguinte forma: a sexualização da figura da mulher negra; a virilidade e masculinidade defendidas através do ódio à figura da homossexualidade masculina.

Lélia González (1984) traz uma figura emblemática no imaginário brasileiro, “a mãe preta”, essa figura apareceu representada para os meninos nas imagens mostradas onde as mulheres que apareciam eram mais velhas, ou tinham um corpo fora do padrão de magreza ou do padrão “globeleza”. As imagens de mulheres mais velhas eram sempre associadas a figuras como professora, dona de casa e outras referências que se podem fazer de alguém que está ali para cuidar e ensinar. A figura boa da “ama negra” é o que cerca a atmosfera da criança brasileira de bondade e ternura, completamente desprovida de sexualidade. Enquanto a mulata, doméstica, mucama é a mulher; a mãe preta é a mãe.

Em outra pesquisa, num grupo focal a respeito de sexualidade com adolescentes em acolhimento (De Souza, 2023), os meninos relataram diversos abusos sofridos por mulheres dentro do acolhimento e fora dele, não as nomeando dessa forma, mas as interpretando como situações em que os colocaram em vantagem. Fato é que o corpo, principalmente adolescente, independente do gênero, é hiperssexualizado. O que nos conecta com outro ponto que apareceu, a virilidade e masculinidade defendidas através do ódio à figura da homossexualidade masculina.

(...) o aprendizado do ethos masculino e compartilhamento de regras entre homens é encarado pelo autor [Welzer-Lang] como um rito de passagem em que meninos e homens se deparam com a diferenciação do universo das mulheres e das crianças. Para ser como os outros homens mais velhos, as crianças e jovens adultos passam na casa-dos-homens por situações que requerem sofrimento [...] A aprendizagem é concretizada através do mimetismo da violência. Inicialmente como uma espécie de brincadeira sadomasoquista em que ocorrem lutas e disputas físicas entre si, seus próprios corpos e posteriormente uma série de guerras contra os outros (Villas Boas, 2019, p. 6).

Embora essa casa-dos-homens, ou seja, locais de troca de experiências e aprendizado do que é “ser homem”, Welzer-Lang (2001) questiona que a defesa da virilidade e a valorização da força e atributo físico enquanto aspectos masculinos, não são características de reivindicação pelos homens brancos de classes sociais abastadas. Esses ficam à disposição de sua defesa vir pelos homens racializados e de classes populares. “O pênis dá a tônica nas relações entre homens em geral, mas principalmente entre homens negros e brancos. Inclusive nas relações homoafetivas, onde se espera que o parceiro mais claro se porte na representação do “passivo” e o mais escuro no “ativo” (Silva Junior, 2019). Este nos parece um combo perfeito de

reprodução não só de misoginia, mas de homofobia.

Pinho (2007), ao analisar um grupo focal de meninos de 14 a 18 anos, reforça que no exercício da masculinidade, se um homem encarar o outro por muito tempo significa que quer brigar. Já no campo da sexualidade, encarar fixamente outro homem significa que é “viado”. No exercício de imaginação de perfis e estereótipos, os meninos tiveram grande bloqueio em imaginar homens, trazendo piadas de duplo significado e não conseguindo concluir o exercício. Pois nessa lógica, imaginar um homem, assim como imaginar uma mulher, é desejá-lo.

Em territórios periféricos, de acordo com Souza et al. (2023) a figura do homem heteronormativo constitui um status de poder e exerce uma função. Segundo os autores, o início da atividade sexual, junto com a imagem do homem provedor do lar, seriam um dos símbolos da separação da infância e o início do processo de constituição da masculinidade adulta. Ora, a pensar que esses meninos negros são precocemente adultizados, essa masculinidade adulta normativa logo cedo se apresenta como imperativo, e a “identidade sexual do homem negro é exaltada ou essencializada pelo modelo hegemônico como detentora da virilidade, sendo este considerado bem-dotado e um reprodutor em potencial” (Silva Junior, 2019, p. 177).

Considerações finais

A análise das dinâmicas de gênero e raça entre adolescentes acolhidos revela a complexidade das experiências vividas por meninos negros, em um contexto marcado por estereótipos sociais e violências estruturais, que acompanham suas trajetórias de vida seja por negligência de políticas públicas ou rompimentos de vínculos familiares e comunitários. Os estereótipos raciais negativos, que remontam à história colonial e escravocrata do Brasil, perpetuam a marginalização e a desumanização de sujeitos e grupos racializados. Quando pensadas em crianças e adolescentes negros que estão no acolhimento institucional essas violências se intensificam e perpassam por diversos âmbitos da vida social, o que pode gerar marcas irreversíveis na adolescência e na vida adulta.

Essa construção social tem efeitos profundos nas percepções de masculinidade, onde a virilidade é frequentemente associada a uma defesa agressiva de poder, em um cenário que não valoriza a vulnerabilidade emocional desses meninos. As referências às figuras da “mãe preta” e a sexualização da mulher negra nas atividades evidenciaram a construção de papéis de gênero que limitam as possibilidades de ser-viver e sentir afeto, tanto para homens quanto para mulheres.

A cultura de violência e as normas de masculinidade tóxica, exacerbadas por contextos de exclusão social e econômica, levam à internalização de crenças que reforçam comportamentos discriminatórios e hostis. Assim, a adultização precoce impõe a necessidade de adotar uma identidade masculina hegemônica, tornando difícil a manifestação de sentimentos e a construção de relações saudáveis entre os jovens.

Para superar essas barreiras, é crucial promover espaços de diálogo aberto que favoreçam a reflexão sobre masculinidades, a partir de uma perspectiva interseccional que considere a raça, o gênero e a orientação sexual desses sujeitos, encorajando-os a questionar e reimaginar seus papéis na sociedade. Assim, ao olhar para a adolescência negra acolhida, é essencial considerar não apenas as condições sociais que a cercam, mas também as narrativas de resistência e transformação que podem emergir a partir de uma compreensão crítica das interseccionalidades que moldam suas vidas. É nesse espaço de reconhecimento e valorização que podemos vislumbrar possibilidades de mudança e fortalecimento identitário, essenciais para o desenvolvimento saudável desses adolescentes.

Nessa pesquisa, também conseguimos perceber avanços significativos sobre a institucionalidade do acolhimento institucional e a política de assistência social, especificamente uma organização frente à alta complexidade e o acolhimento de crianças e adolescentes; embora tenham tido atualizações e reconfigurações importantes como citado anteriormente, ainda permanecem aquém, a inclusão de temas importantes que atravessam a vida desses adolescentes que estão em desenvolvimento biopsicossocial. Os discursos atuais e a forma como essa política vem sendo conduzida na atualidade precisam caminhar de acordo com as demandas dos adolescentes, e isso inclui pensar raça, gênero e sexualidades na política de assistência social e acolhimento institucional.

Nossa aposta é que este artigo possa suscitar novas reflexões acerca das vivências de adolescentes negros no acolhimento institucional, por uma perspectiva democrática que possa enxergar esses sujeitos como detentores de direitos e prioridades nas políticas sociais. Assim como, balançar as estruturas do patriarcado, das instituições de poder e a própria organização das casas de acolhimento.

Referências

AGUIAR, W. M. J. **A Pesquisa em Psicologia Sócio-histórica: Contribuições para o debate metodológico.** In: BOCK, A. M. Bahia; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia.* 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

AGUIAR, W.; ARANHA, Elvira; S., Júlio. Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v. 51, p. 1-16, 2021.

AGUIAR, Wanda M. J.; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília (DF), v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

ARANTES, E. M. de. **Dos livres e dos cativos— breves apontamentos sobre a história das crianças no Brasil.** *Serviço Social em Debate*, Carangola (MG), v. 5, n. 1, 2022.

BICUDO, V. L. **Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos**

seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS.** Brasília, 2005. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BUENO, W. **Imagens de controle:** um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Dados recolhidos do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA),** em 2022. Brasília: CNJ, s/d. Disponível em: <https://bit.ly/3B6RdYe>. Acesso em julho de 2022.

COSTA, E. C.; SCHUCMAN., Lia V. Identidades, Identificações e Classificações Raciais: o Pardo e as Ações Afirmativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro (RJ), v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022.

CRENSHAW, K. W. “**Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color**”, 1991. *Stanford Law Review*, vol. 43, Julho de 1991, pp. 1241-1299 (Republicado em: Albertson Fineman, Martha; Mykitiuk, Roxanne (eds.) *The Public Nature of Private Violence*, New York: Routledge, 1994, pp. 93-118. Disponível também em francês: *Cahiers du Genre*, n° 39, 2005, pp. 51-82).

DA COSTA SANTOS, Thays C. da C.; PEREIRA, Raíssa N. R.; SOARES, Laura S. E. C. **Acolhimento institucional de adolescentes: uma intervenção psicossocial.** Revista Polis e Psique, 2022, Vol.12 (2), p.87-107. 2022

DASGUPTA, N.; GREENWALD, A. G. On the malleability of automatic attitudes: Combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 81, n. 5 p. 800–814, 2001.

DEL PRIORI, M. **A criança negra no Brasil.**In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books.

DE SOUZA, Isadora Teresa Paulo. **Aplicação do Programa Candeia com adolescentes em processo de desligamento por maioria: um relato de experiência.** 2023. Trabalho de conclusão de curso. De Psicologia Instituto de Psicologia. UFRRJ.

DEVULSKY, A. **Colorismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

ESPINDOLA, Sandro Pitthan; VIANA, Marcos Besserman; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução? **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, supl. 4, p. 34–47, dez. 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S404.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **The History of Sexuality.** Volume 1: an introduction. Nova Iorque: Panteon Books: 1978.

GALONI, L. L. **A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional:** Analisando o processo de desligamento institucional por maioria. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

GALONI, L. L. et al. O processo de institucionalização da infância preta em asas de acolhimento. Mosaico - **Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, p. 56-64, 2022.

GONZÁLES-REY, F. **Sujeito e subjetividade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.

GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HONORATO, M. da C. **Racismo, saúde mental e território:** percepções e vivências de lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

HOOKS, B. **A gente é da hora:** homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022. INSTITUTO REDE ABRIGO. **Avaliação Longitudinal das Instituições de Acolhimento (Relatório Final).** Rio de Janeiro: Instituto Rede Abrigo, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BcaBDr>. Acesso em junho de 2023.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo** – Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1992.

KRÜGER, H. Cognição, estereótipos e preconceitos raciais. In: LIMA, M. E. O.; PEREIRA, E. P. (orgs.). **Estereótipos, preconceitos e discriminação:** perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2004.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade. In: LIMA, M. E. O.; PEREIRA, E. P. (orgs.). **Estereótipos, preconceitos e discriminação:** perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2004.

- MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. California: SAGE Publications Inc., 1997.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- NJERI, A.; ANKH, K.; MENE, K.. Mulherismo Africana: proposta enquanto equilíbrio vital a comunidade preta. **Ítaca**, Rio de Janeiro (RJ), n. 36, 2020.
- NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- NOGUEIRA, S. **Intolerância e racismo religioso**. São Paulo: Pólen, 2019 (Coleção Feminismos Plurais).
- NOVA, Adeildo V. et al. Racismo estrutural e institucional e a justiça da infância e juventude: a (des)proteção de crianças e adolescentes negros/as pobres. **Serviço Social e Saúde**, Campinas (SP), v. 19, p. 01-32, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4e7RIjD>. Acesso em junho de 2023.
- OLIVEIRA, Daniela M. de. **Violência institucional contra crianças e adolescentes em situação de acolhimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pampa, São Borja, Rio Grande do Sul, 2024.
- PINHO, O. A “Fiel”, a “Amante” e o “Jovem Macho Sedutor”: sujeitos de gênero na periferia racializada. **Saúde e Sociedade**, São Paulo (SP), v. 16, n. 2, p. 133-145, 2007.
- POMMER, W.; Clarice, P. A metodologia do grupo focal e a formação continuada do professor: um olhar interativo envolvendo a articulação cognição e emoção. **Revista Itinerarius Reflectionis**, Jataí (GO), v. 10, n. 2, jul./dez. 2014.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, 2004.
- SANTOS, E. da S. O legado de Virgínia Leone Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (SP), v. 48, n. 170, p. 1194-1217, out./dez. 2018.
- SARAIVA, V. C. dos S. Abrigo, prisão ou proteção? Violência estatal contra crianças e adolescentes negros abrigados. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 11, n. 2, p. 76-92, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/23813>. Acesso em junho de 2023.
- SEVERO, R. T. Letramento racial e técnicas de si. **Fórum Linguístico**, Florianópolis (SC), v. 18, n. 3, p. 6400-6415, 2021.
- SILVA JUNIOR, P. M. Narrativas de adolescentes negros: entre masculinidades, cotidiano escolar e vivências. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Florianópolis (SC), v. 5, n. 2, 2019.
- SOUZA, D.; GÓIS, J. B. H.; OLIVEIRA, L. B. F. **Sexualidades dissidentes e a violência**

no ambiente escolar entre jovens da periferia. In: JORGE, Amanda Lacerda; BRANDÃO, André A. P.; SOUZA, Sidimara C. Juventude e periferia no século XXI. Niterói: Syal letras e Livros, 2023.

SOUZA, L. A. da S; LINO, M. V. **Proteção tem cor: problematizando o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros.** Serviço Social em Debate, Carangola (MG), v. 5, n. 1, 2022.

TAJFEL, Henri.; TURNER, Jhon. C. An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, & S. Worchel (Eds.), **The social psychology of intergroup relations** (pp. 33-37). Monterey, CA: Brooks/Cole, 1979.

VILLAS BOAS, M. J. V. B. Masculinidade entre crianças negras: uma reflexão entre raça e gênero no Nêgo Fugido em Acupe/BA. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Florianópolis (SC), v. 5, n. 2, p. 103-122, 2019.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.